

A IMPRENSA DE ARACAJU E A FORMAÇÃO DO CULTO À MEMÓRIA DO POETA PÉRICLES MUNIZ BARRETO (1918-1919)

THE ARACAJU PRESS AND THE FORMATION OF THE MEMORY WORSHIP OF THE POET PÉRICLES MUNIZ BARRETO (1918-1919)

Matheus Honorato da Silva Santos¹

Resumo: O presente artigo se embasa na problemática da formação do culto ao poeta e jornalista sergipano Péricles Muniz Barreto, cujo homicídio do qual foi vítima fomentou a construção de uma memória coletiva respaldada pela imprensa de Aracaju. Estabelecendo-se como recorte temporal o intervalo decorrido entre os meses de outubro de 1918 e outubro de 1919, intenta-se investigar a função social desempenhada pelos jornais locais no sentido de mobilizar a população por meio da organização e da divulgação de ritos fúnebres, homenagens e outras celebrações. A pesquisa se norteará pela análise de periódicos na condição de fontes primárias, além de se fundamentar em discussões teórico-metodológicas relativas a conceitos pertinentes, como os de memória coletiva, lugares de memória e documento/monumento.

Palavras-chave: imprensa; memória coletiva; ritos fúnebres.

Abstract: This article is built upon the matter of the formation of the cult to the Sergipe poet and journalist Péricles Muniz Barreto, whose murder he was a victim of motivated the construction of a collective memory sustained by the Aracaju press. Setting up the interval between the months of October 1918 and October 1919 as a time frame, the objective here is to investigate the social function exerted by local newspapers in the manner of mobilizing the population through the organization and spreading of funeral rites, tributes and other celebrations. The research will be guided by the examination of periodicals as primary sources, in conjunction with being supported by theoretical-methodological debates related to relevant concepts like collective memory, places of memory and document/monument.

Keywords: press; collective memory; funeral rites.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0502-4518>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1780535348634458>. E-mail: matheushonorato777@hotmail.com.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Péricles Muniz Barreto, poeta e jornalista sergipano, contava vinte anos de idade quando teve a sua vida ceifada por volta das oito horas da noite de 14 de outubro de 1918, uma segunda-feira. Inquirido pelas autoridades, o homicida José Vicente de Souza, de dezoito anos, alegaria como motivação do ato uma prévia inimizade com a vítima, que o teria provocado com encontrões na festa de aniversário da professora Glorinha Chaves. Os convidados reunidos no Colégio Nossa Senhora da Conceição, situado à esquina da Rua Pacatuba com a Travessa José de Faro, no Centro de Aracaju, testemunharam com estarecimento o esvair da existência de um jovem apunhalado. A ocasião do assassinio de Péricles Barreto constituiria o ponto de partida para a formação de uma memória coletiva atinente àquele indivíduo por vezes ignorado enquanto ainda vivo, mas tornado amplamente conhecido pela sociedade aracajuana em decorrência das circunstâncias insólitas da sua morte.

Propõe-se neste artigo uma análise concernente à formação do culto à memória de Péricles Barreto, haja vista que durante a revisão bibliográfica não foram encontradas quaisquer referências ao caso específico desse personagem. Outros episódios locais que culminaram na constituição de uma memória coletiva se apresentam com relativa frequência no campo da historiografia sergipana, como a Revolta de Fausto Cardoso, acontecimento emblemático sucedido em meados do ano de 1906, e que fundamentaria um embate de memórias que oporia dois grupos políticos adversários no propósito de rememoração dos seus respectivos líderes, o deputado federal Fausto de Aguiar Cardoso e o seu oponente, o monsenhor Olímpio de Sousa Campos. Diferentemente desses dois indivíduos citados, cuja memória hoje se respalda em suportes externos – monumentos, praças e palácios –, a memória de Péricles Barreto não se ampara em referenciais similares, o que poderia justificar a situação de esquecimento ao qual a sua existência foi paulatinamente relegada no decorrer do tempo.

Visamos propiciar, nesse ínterim, a compreensão da função social exercida pela imprensa da capital no sentido de comover e mobilizar a sociedade em torno do falecimento precoce de um sujeito cuja carreira literária se revelava promissora, conforme alegavam os redatores dos periódicos. Tal aspecto se evidencia em textos que elevavam as virtudes morais do jovem, assim como nas manifestações de pesar reproduzidas pelos jornais e, sobretudo, na divulgação da realização de ritos fúnebres promovidos em sua memória, isto é, as missas e as romarias ao seu túmulo.

Para investigar o culto a Péricles Barreto, os jornais veiculados em Aracaju na época da sua morte constituem, portanto, fontes históricas indispensáveis. Posto isso, examinaremos alguns textos da imprensa, os quais nos oferecem informações relevantes para logarmos o referido objetivo. Com esse intento, foram examinadas as edições publicadas entre outubro de 1918 e outubro de 1919 dos seguintes periódicos aracajuanos: *A Cruzada*, *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo*, *O Imparcial* e *Século XX*. Os jornais foram consultados nas hemerotecas do

Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED), além de acessados virtualmente através da plataforma on-line Jornais de Sergipe, mantida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Conduziremos a análise aqui empreendida com base em discussões teórico-metodológicas apresentadas por Maurice Halbwachs (2006), Jacques Le Goff (2013), Pierre Nora (1993), Loiva Otero Félix (2004), Byung-Chul Han (2017) e João José Reis (2022). Ressaltamos que não se tenciona esgotar a problemática da memória coletiva respeitante ao personagem em pauta, considerando-se que outros trabalhos de pesquisa poderão articular novas perspectivas de abordagem.

A CONCEPÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA

“Apunhalaram-me!”. A frase no mínimo perturbadora teria sido pronunciada por um jovem agonizante que, amparado por amigos naturalmente estarecidos, vertia pela boca jorros profusos de sangue pelo chão da rua. A descrição provida de uma certa morbidez pode ser encontrada na edição do hebdomadário *Século XX* publicada no dia 20 de outubro de 1918, precisamente em uma matéria de primeira página, encimada pelo espetaculoso título “Crepúsculo de Sangue”; logo abaixo, lia-se no subtítulo: “Péricles Muniz Barreto covardemente assassinado por José Vicente de Souza”.

O texto jornalístico em questão pormenoriza a ocasião do assassinato desde os instantes que o antecederam até o interrogatório ao qual o homicida foi submetido ao ser detido em flagrante. A matéria revela detalhes cruciais a respeito do crime, como os passos percorridos pelo assassino antes da perpetração do ato. De acordo com a apresentação cronológica dos acontecimentos, o matador, “[...] ávido do sangue do que ele jurara consigo mesmo matar, foi à sua residência, à Rua de Pacatuba, premuniu-se lá de um punhal, e, para cobrar ânimo para o ato nefando que ia cometer, correu depois à venda do Sr. Pereira [...] onde, um após outro, sorveu 4 cálices de aguardente”. Retornando ao local onde se encontrava Péricles Barreto, “[...] encaminha-se direto para a sua vítima e, sem provocação alguma prévia, num gesto traiçoeiro e que já havia friamente premeditado, vibra-lhe no peito, certo, a lâmina assassina”. Ainda no mesmo texto, afirma-se que “o golpe foi tão rápido, que, apartados os contendores, quase ninguém julgava que adviessem consequências tão funestas”.

Já no *Diário da Manhã* de 16 de outubro, conta-se que “banhada em sangue, a vítima do bárbaro assassino foi agasalhada carinhosamente na casa de residência da família de José Cardoso, próxima ao local do crime [...]”. O jovem ferido seria socorrido pelo dr. Galdino Martins e também pelo dr. Carlos de Menezes. Ambos os esculápios logo atestariam o seu óbito.

Perante o Chefe de Polícia, dr. Olímpio Mendonça, José Vicente adotaria uma postura de absoluta indiferença, sem manifestar qualquer sinal de arrependimento ao ser interrogado acerca do delito que praticara; pelo contrário, insinuava estar satisfeito com o êxito da sua investida contra

Péricles Barreto. “Belo discurso, doutor!”, teria provocado o assassino, em tom de zombaria, respondendo a uma admoestação proferida pela autoridade policial. No texto do *Século XX* anteriormente citado são também listados antecedentes reprováveis de José Vicente: meses antes de assassinar Péricles, teria ele tentado agredir um tal professor Antônio de Oliveira fazendo uso do mesmo punhal com o qual feriria o poeta, e, ainda municiado com aquele instrumento, ameaçado semelhantemente um sr. Belisário Luís de Faro, então servidor da Repartição dos Correios.

Forjando-se uma memória fundamentada na exaltação das qualidades de Péricles Barreto e na depreciação inversamente proporcional do assassino José Vicente, delineava-se um contraste de idealizações opostas que, se por um lado, caracterizavam a vítima como “[...] um espírito altíssimo [...] que ia subindo riosamente numa escalada de glória [...]”, por outro, reiteravam que o matador “não nos merece piedade esse miserável transviado, rebento infeliz de uma família sã [...]”. Como veremos adiante, as referências elogiosas ao literato se fariam presentes na imprensa com frequência razoável no decurso dos meses seguintes, em particular nos jornais para os quais ele escrevia.

Figura 1. Fotografia de Péricles Muniz Barreto reproduzida pela imprensa local.



Fonte: jornal *Século XX*, 14 de outubro de 1919.

Na edição do *Diário da Manhã* à qual nos referimos há pouco, detalha-se como transcorreu a ocasião do funeral de Péricles Barreto, no dia 15 de outubro. Segundo os redatores, o ritual contou com um numeroso público presente. Iniciado às quatro horas da tarde na residência da família da vítima, localizada à Rua Maruim, “o préstito fúnebre saiu à via dolorosa e sempre o povo aumentando mais a mais pela Rua de Itabaiana até a Catedral, que ficou repleta de pessoas de todas as classes [...]”. A matéria registrava, ainda, que, da igreja até o cemitério, “o féretro foi conduzido à mão e todos desejavam sinceramente pegar nas alças do esquife”. Mais tarde, já no interior da necrópole, as pessoas ali presentes se reuniram para assistir a um discurso emitido pelo jornalista e advogado Clodomir de Souza e Silva, que “[...] fez um sincero e merecido elogio às qualidades extraordinárias do jovem morto de ontem [14 de outubro] que já era um nome feito nas letras sergipanas”.

Dois dias depois, na edição de 18 de outubro, o mesmo jornal traria um novo texto, desta vez mais sucinto, no qual se assinalava que aquele cortejo fúnebre “[...] era mais uma apoteose que um enterro”. Considerando-se a volumosa afluência de público, demonstra-se que o funeral se tornou um acontecimento social entre os aracajuanos, uma vez que, conforme esse periódico, o préstito funerário foi acompanhado por “[...] uma multidão enorme, centenas de pessoas que foram prestar esta última homenagem à memória sempre saudosa do inolvidável Péricles Barreto”.

O poeta laranjeirense morto nas ruas de Aracaju protagonizaria uma trama fundamentada na concepção de uma memória engendrada por um determinado grupo, que, por seu turno, intencionava elevar os atributos morais e profissionais de tal sujeito, posteriormente ao seu trágico padecimento.

Com o intuito de tecer uma análise acerca da formação do culto a Péricles Barreto, faz-se primordial deslindarmos a conceituação do termo “memória”, o qual, consoante Jacques Le Goff (2013, p. 387), apresenta-se no campo científico global como a capacidade de conservação de informações por meio de certas funções psíquicas, as quais permitem ao indivíduo a atualização de impressões passadas, ou que por ele são representadas como passadas. O autor ressalta, entretanto, que a memória individual se submete a manipulações, sejam elas conscientes ou inconscientes, as quais decorrem de interesses, afetividades, desejos, inibições e censuras, e que a memória coletiva se subordina, conseqüentemente, a uma luta de forças sociais pelo poder.

Nessa perspectiva, Le Goff (2013, p. 390) argumenta:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O aspecto da memória coletiva aludido por Le Goff desempenha um papel basilar no que se refere ao nosso objeto de estudo. Evoquemos um dos expoentes da sociologia durkheimiana, o francês

Maurice Halbwachs, cujos importantes estudos acerca da memória coletiva nos conduzem rumo à compreensão do que se sucedeu na sociedade aracajuana depois da morte de Péricles Barreto.

De acordo com Halbwachs (2006, pp. 29-39), o fator da coletividade da memória se concebe em conformidade com o pressuposto de que o nível de confiança de uma memória individual se eleva quando a experiência com a qual ela se relaciona se baseia não unicamente na lembrança de um indivíduo, mas também na de outras pessoas. Infere-se, assim, que os fatos tendem a assumir maior importância na medida em que são coletivamente rememorados. Pontua o sociólogo, ademais, que, mesmo não havendo testemunhado um determinado acontecimento, o indivíduo pode se identificar com dada lembrança coletiva – ou parte dela – se ele estiver inserido no grupo social cujos integrantes testemunharam o ocorrido hipotético. Dessa dinâmica mnemônica examinada pelo autor, é possível depreender que a memória individual se alicerça na memória coletiva, a qual se articula quando os sujeitos passam a recordar um fato a partir da perspectiva do grupo ao qual pertencem.

Adverte, contudo, Halbwachs (2006, p. 39):

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum.

A tese de Halbwachs justificaria a volumosa afluência popular aos ritos fúnebres de Péricles Barreto, presumindo-se que nem todos os cidadãos que compareciam aos ofícios religiosos e romarias conheciam pessoalmente o poeta, sendo ainda menos numerosos aqueles que de fato presenciaram o seu fatídico perecimento. Tratar-se-ia, sugestionamos, de uma rememoração coletiva engendrada por um grupo de pessoas cujas memórias individuais aparentemente concordavam entre si. O processo descrito induz a uma convergência de percepções, a qual por vezes culmina no desvanecimento das fronteiras entre as lembranças do indivíduo e do grupo em que o mesmo se insere. Recorramos, pois, uma vez mais, a Halbwachs (2006, p. 64), que melhor elucida a discussão aqui apresentada.

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas.

É de grande valia registrar, de antemão, que a época em que Péricles Barreto viveu apresenta determinadas diferenças em relação à nossa contemporaneidade. Referimo-nos ao contraponto entre a *sociedade disciplinar* foucaultiana, que se processou no passado, e a *sociedade de desempenho*, que caracteriza o século XXI. A distinção é explicada por Byung-Chul Han (2017), segundo o qual os

“sujeitos de obediência” e as instituições disciplinares – hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas – cederam lugar aos sujeitos de desempenho e produção, e a espaços como academias de *fitness*, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. Em outros termos, onde outrora existia uma dinâmica social orientada por proibição, negatividade e coerção, há hoje noções como as de positividade, motivação e produtividade. Ademais, enquanto a sociedade da disciplina se norteava pelo aspecto da alteridade, o paradigma da sociedade de desempenho se baseia, por seu turno, na ideia de “poder” contida na afirmação do *Yes, we can* (Sim, nós podemos).

Podemos deduzir que a figura de Péricles Barreto ganharia destaque excepcional – a ponto de ser quase transfigurado pela imprensa em “herói” e “mártir” – devido à presumida propensão da sociedade do seu tempo a revesti-lo de tais predicados; o poeta laranjeirense estava inserido em um modelo de sociedade no qual os indivíduos tendiam a heroicizar o “outro”, e não a si mesmos.

Em que pese a dimensão social da construção da memória, Loiva Otero Félix (2004, p. 40) atenta para o fato de o grupo social constituir o suporte da rememoração, o qual, por sua vez, sustentasse na manutenção de laços afetivos. Em vista disso, entende-se que a memória social finda por se esvaír quando a relação de afetividade manifestada no interior de um grupo se dissolve.

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto *processo*. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo. (Grifos da autora).

Enquanto Péricles Barreto era evocado nas páginas dos jornais, promovia-se a manutenção da sua memória. Entretanto, no decorrer dos meses subsequentes ao homicídio que vitimara o poeta, o grupo social responsável por suscitar a sua rememoração fazendo uso da imprensa gradualmente se dispensou do referido empreendimento, o que se nota no progressivo escasseamento das menções ao jovem depois de transcorrido algum tempo desde a sua morte. Subtende-se que aquele grupo formado, *grosso modo*, por jornalistas, amigos, admiradores e familiares de Péricles Barreto, estava pouco a pouco se desfazendo na medida em que os laços de afetividade que agregavam os seus membros se dissolviam. De todo modo, faz-se conveniente buscarmos compreender como os jornais conceberam uma memória atinente ao protagonista do enredo presentemente escrutinado.

O CULTO AO POETA NA IMPRENSA SERGIPANA

Os periódicos sergipanos consistiam em um suporte elementar para a formação da memória respeitante a Péricles Muniz Barreto. Para entendermos a função social exercida pela imprensa local, cumpre evocarmos nestas linhas o conceito elementar de documento/monumento, suscitado por Le Goff (2013, p. 495), que, ao defender um revisionismo acerca das noções de documento, propõe a tese de que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

Ainda sob a perspectiva da construção de uma memória corroborada pelos jornais, aludimos ao questionamento levantado por Suelayne Oliveira Andrade (2019, p. 79): “[...] os jornais seriam um novo suporte para comunicar a morte e um instrumento de legitimação da memória dos mortos?”. A indagação provoca uma reflexão acerca do uso da imprensa como mecanismo legitimador da memória coletiva, tendo em vista a capacidade dos periódicos de mobilizar a sociedade em torno de um falecimento, gerando comoção e consternação, além de despertar o senso de solidariedade.

Examinando-se a configuração dos textos jornalísticos relacionados ao caso do poeta, nota-se que uma parcela expressiva de matérias possuía o título sucinto “Péricles Muniz Barreto”, o que facilitava a sua localização no corpo dos jornais, por parte dos leitores. Ademais, os informes sobre os desdobramentos da morte do jovem não raro apareciam lado a lado com as notícias referentes ao surto epidêmico de influenza que acometia a população sergipana. Torna-se evidente, destarte, o fato de os redatores de periódicos específicos conferirem comumente um grau equiparável de importância entre a perda de um determinado indivíduo e a grave crise sanitária que afligia a sociedade.

Delineando a trajetória de Péricles Barreto, o *Século XX* do dia 20 de outubro e o *Diário da Manhã* do dia 23 informavam, reproduzindo idêntico texto em seção intitulada “notas esparsas”, que o jovem nascera na cidade sergipana de Laranjeiras a 21 de julho de 1898, tendo como progenitores o tenente Geminiano Muniz Barreto e Abigail de Magalhães Barreto. Conforme o referido esboço biográfico, Péricles iniciara a sua carreira literária em agosto de 1916 e “de origem obscura e modesta, veio subindo rapidamente, causando assombro aos que o conheceram na sua humildade primitiva”. Segundo a nota, contribuía com publicações nos jornais *Diário da Manhã*, *Século XX*, *Democrata*, *O Imparcial*, *Opinião*, *Correio de Aracajú* e *Comercio*, este veiculado na cidade de Maruim.

Em que pese a realização recorrente de missas e romarias, as quais se tornariam elementos constitutivos do culto a Péricles Barreto, ressalta-se que as orações em memória dos mortos no âmbito eclesial não se tratavam de uma prática recente, tendo em vista que remontam à Idade Média. Em consonância com Le Goff (2013, pp. 409-410) o costume medieval de orar pelos falecidos estava associado aos *libri memoriales* – os “livros memoriais” instituídos por igrejas e comunidades cristãs – que a partir do século XVII passariam a ser chamados de *necrólogos* ou *obituários*. Explana o autor

que os nomes dos mortos memoráveis foram incorporados às missas, especialmente após a criação, no século XI, de uma data específica para a rememoração dos fiéis defuntos, o dia 2 de novembro. Já no século seguinte, idealizou-se um novo “lugar” na composição alegórica da Igreja, o Purgatório, que potencializaria a mobilização social em torno de orações que visavam a salvação das almas.

Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 410) declara:

O nascimento, no fim do século XII, de um terceiro lugar do Além, entre o Inferno e o Paraíso, o Purgatório, de onde se podia, através de missas, de orações, de esmolas, fazer sair mais ou menos rapidamente os mortos pelos quais as pessoas se interessavam, intensificou o esforço dos vivos em favor da memória dos mortos.

No Brasil, as cerimônias fúnebres foram regulamentadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, uma importante legislação eclesiástica colonial que entrou em vigência no princípio do século XVIII, quando a sede do Governo-Geral se localizava naquela capitania. Acerca dos ritos em memória dos que morreram, esclarece o historiador baiano João José Reis (2022, p. 285) que “a função delas [as missas] era abreviar o tempo passado no Purgatório, ou acrescentar à glória dos que já se encontravam no Paraíso”. Há de se pontuar que, nesse contexto, os rituais funerários se caracterizavam por um catolicismo barroco, no qual a fé se expressava por manifestações elaboradas: “[...] missas celebradas por dezenas de padres, acompanhadas de corais e orquestras, em templos cuja abundante decoração era uma festa para os olhos, e sobretudo procissões cheias de alegorias e funerais grandiosos, com cortejos de que participavam centenas de pessoas”. (Reis, 2022, p. 65. Grifo meu).

No decurso do século XIX, no Brasil, os ritos fúnebres foram reconfigurados em função de um processo de medicalização da morte pautado na premissa de que a prática de inumação dos mortos no interior das igrejas representava um problema de ordem sanitária, haja vista o elevado risco de proliferação de enfermidades entre os vivos. Sobre tal problemática, Reis (2022, p. 341) pontua:

Diziam os doutores que a decomposição dos cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e proviam epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres, o enterro nas igrejas e outros usos funerários seriam focos de doença, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com os ideais civilizatórios da nação que se formava.

O autor se refere à teoria miasmática, segundo a qual a decomposição da matéria orgânica contaminava a atmosfera com gases nocivos – os “miasmas”. Os sepultamentos dentro das igrejas foram coibidos pela medicina, e os defuntos passaram a ser enterrados nos cemitérios extramuros, isto é, em necrópoles mais afastadas das aglomerações urbanas. Essa mudança de postura diante da morte justifica o fato de o enterro de Péricles Barreto ter sido efetuado em um cemitério, e não em uma igreja. Mas, como comprovaremos adiante, os elementos constituintes do catolicismo barroco

não seriam abolidos por completo, a exemplo dos cortejos fúnebres, que, no caso do personagem em questão, foram ressignificados, transmutando-se em romarias revestidas de atributos específicos.

O *Diário da Manhã* de 17 de outubro convidava a sociedade para participar dos atos religiosos a serem executados na Catedral Metropolitana no dia 19, primeiro sábado após o incidente. Consoante a nota impressa na seção de “avisos fúnebres”, os “pais, tias, irmãs e irmãos do inditoso filho, sobrinho e irmão Péricles Muniz Barreto” encontravam-se “[...] lanceados com o lutuoso acontecimento que lhes roubou da vida, numa tragédia de sangue, o filho adorado [...] e ainda sob a impressão apavorante desta catástrofe que lhes cobriu de luto eterno os corações [...]”. Já na edição do dia seguinte àqueles ofícios, 20 de outubro, o mesmo jornal pontuava o massivo comparecimento popular nos ritos religiosos, sugerindo que “nunca se viu tamanha afluência a um ato fúnebre nesta terra. E, como se não bastasse, a solidariedade religiosa manifestava-se até fora do templo”.

As exéquias de Péricles Barreto, entretanto, não se restringiriam às celebrações ocorridas em outubro de 1918, uma vez que outras missas e romarias seriam subsequentemente promovidas ao longo do ano de 1919. A 13 de abril, véspera do sexto mês do assassinato do jornalista, o *Século XX* comunicava que “pelas 7 horas da manhã será celebrada uma missa em sufrágio de sua alma, na [igreja de] S. Salvador [no Centro da Cidade]”. Meses depois, a edição de 20 de julho daquele jornal lembrava aos seus leitores que “amanhã completaria 21 anos de idade o nosso inesquecível amigo Péricles M. Barreto, se um cruel matador não o tivesse roubado a vida”. Logo após, avisava-se que “por alma dele, a sua inconsolável família mandará celebrar uma missa, na Catedral, às 7 horas, para a qual pede o comparecimento das pessoas amigas”. É o mesmo *Século XX* que, a 5 de outubro de 1919, anunciava a distribuição de uma edição especial do hebdomadário, em memória do “saudosos companheiro”, edição tal que circularia, excepcionalmente, em uma terça-feira, 14 de outubro.

Dito e feito, o número do dia 14 – que continha seis páginas, em vez das quatro usuais –, trazia os dizeres “Sincera homenagem do ‘Século XX’ ao seu saudosíssimo e talentoso companheiro de lutas”, que encimavam o retrato de Péricles Barreto, reproduzido em largas dimensões (Figura 1). Nessa edição, registrava-se que a família do morto convidava a “[...] todos os amigos e admiradores daquela boa alma a assistirem à missa que em piedoso descanso do mesmo manda celebrar, hoje, às 6 ½ horas, pelo ilustre vigário da freguesia, cônego Serapião Aguiar”. Aquela missa não seria, contudo, a única a ser realizada no dia do aniversário da morte do poeta. O próprio periódico também prestaria a sua homenagem “à memória do seu ilustre redator”, mandando celebrar uma outra missa, “[...] que será oficiada pelo distinto cônego João Florêncio, a qual se efetuará às 6 ½ de hoje”.

Uma terceira missa estava programada para aquela mesma data, dessa vez “[...] mandada celebrar pelo digno moço sr. José Carlos Dantas, amigo dedicado e fervoroso admirador das nobrezas de espírito de Péricles”. Os redatores informavam, ainda, que, além das missas às quais nos referimos,

previa-se uma nova romaria: “à tarde, sua excelentíssima família, inúmeras pessoas e muitos dos amigos do saudoso poeta irão em romaria levar flores ao seu túmulo e orar pela sua alma”.

A morte de Péricles Barreto foi perpetrada apenas seis dias antes de Aracaju registrar as primeiras notificações de gripe espanhola, doença pestilencial que se apresentaria na capital a 20 de outubro, trazida por tripulantes contaminados do Vapor Itapacy. Àquela altura, a enfermidade já grassava em outras cidades brasileiras e não tardaria a se propagar pelo estado de Sergipe, expondo uma série de fragilidades por parte do poder público local em circunstâncias de epidemias. Acerca do contexto em questão, chama atenção uma coincidência: no mesmo dia em que a influenza começou a ser notificada em Aracaju, um volumoso préstimo acompanhou uma romaria fúnebre promovida por familiares do poeta e pelos jornais *Diario da Manhã*, *Século XX* e *Meio Dia*. Na já citada edição do *Diario da Manhã* de 20 de outubro, uma nota anunciava que aqueles veículos “[...] realizarão hoje, às 4 horas da tarde, uma romaria ao túmulo de Péricles e para ela convida o povo e a alma imaculada das graças patricias para irem levar aos seus despojos esta significativa prova de seu afeto”.

A progenitora de Péricles padeceria em decorrência do morbo epidêmico algumas semanas após a consumação do homicídio. Nas páginas d’*A Cruzada* de 1º de dezembro, comunicava-se que “com o organismo bastante enfraquecido pelo doloroso golpe que lhe causou o tremendo assassinio do seu extremoso filho [...] foi assaltada pela ‘influenza’ a virtuosa d. Abigail Barreto, que faleceu a 27 do mês findo [novembro]”. Logo adiante, os redatores do periódico transmitiam suas condolências: “à família Barreto apresentamos, por mais este transe doloroso, a manifestação do nosso pesar”.

No número do *Século XX* também publicado no primeiro dia de dezembro, o óbito da mãe do poeta era lamentado: “não encontramos expressões que exteriorizem a nossa dor [...] e o nosso coração, já enlutado, cerra-se na mais profunda mágoa”. A seguir, o jornal informava que “o enterro da estimada senhora efetuou-se naquele mesmo dia [27] com grande concorrência”. Já nos “avisos fúnebres” do *Diario da Manhã* da mesma data, isto é, 1º de dezembro, registrava-se que os familiares de d. Abigail Barreto “[...] agradecem de coração a todos que prestaram serviços naquele lance doloroso e lhes enviaram pêsames, convidando, ao mesmo tempo, a assistirem à missa que mandam rezar pela alma da pranteada extinta, no próximo dia 3 [de dezembro], terça-feira, na Catedral”.

Ante a iminência de uma crise sanitária, a população sergipana mal se dava conta dos sinais que prenunciavam a sua chegada. Ao noticiar a romaria em memória de Péricles Barreto, o *Diario da Manhã* de 22 de outubro assinalava que “ao portão do Cemitério a aglomeração era tamanha que só a vivo custo pôde a charola romper a multidão que se acotovelava à entrada da pavorosa morada dos mortos, para abrir caminhos em direitura ao túmulo do consagrado”. Elevando a figura do morto com o aparente intuito de reverenciá-lo como um mártir, o *Século XX* de 27 de outubro conferia à romaria o caráter de “uma apoteose, uma deificação, nascida espontaneamente de todos os espíritos, de todos

os corações e um protesto altissonante contra o bárbaro carniceiro [José Vicente] que ora se encontra metido entre as grades de uma jaula”. Em linhas posteriores, o mesmo texto atribuía a Péricles Barreto o qualificativo de “[...] espírito desinteressado e excelso, iluminado por um ideal superior”.

Manifestações de pesar abundariam na imprensa local ao longo das semanas subsequentes à morte de Péricles Barreto, especialmente no *Diario da Manhã* e no *Século XX*, periódicos os quais publicavam os seus poemas e textos jornalísticos com mais frequência. A exiguidade do espaço do qual dispomos inviabiliza uma tentativa de elencar todas as notas e matérias que lamentavam a perda do poeta ou o rememoravam. Seleccionemos, então, algumas menções, para fins demonstrativos. No *Diario da Manhã* de 16 de outubro de 1918 – dois dias após o homicídio – os seus redatores destacavam a vocação e a inspiração do seu malogrado colaborador: “inteligência fulgurante no jornalismo para que tinha decidida vocação, a sua pena era raio que fulmina e arminho que ameiga. [...] Nas outras manifestações da vida da inteligência, o querido morto revelava-se um inspirado”. Acerca da “tragédia de anteontem”, o *Correio de Aracajú* da mesma data revelava que “custou-nos a acreditar, porque o tínhamos visto [Péricles Barreto] momentos antes todo cheio de vida, todo cheio daquela jovialidade ligeiramente soturna que era o distintivo persistente da sua fisionomia”.

No dia 1º de novembro, véspera do Dia de Finados, o *Diario* tornava a enaltecer os dotes profissionais do jovem, reconhecendo que ele “podia ter defeitos, e longe estamos de contestar que os tivesse. Tais defeitos, porém, todos eles se lhe podiam perdoar, porque próprios eram eles de uma mocidade rica de talento”. Em um texto intitulado “Um mito”, redigido por Cesário Martins para o *Século XX* de 27 de outubro, consagrava-se o suposto martírio do poeta: “tu és o mito de um sol virgem que veio passear na terra; ergueu-se, deslumbrou, perdeu-se, mas não se extinguiu”. Como se nota, palavras portentosas sobejavam; evitemos fatigarmo-nos com elas. Sigamos adiante.

Comparando-se os jornais consultados, constata-se uma certa discrepância no que se refere ao volume de menções ao caso Péricles Barreto nos periódicos. O *Século XX* e o *Diario da Manhã* apresentam um quantitativo mais elevado de edições que contêm referências aos desdobramentos da morte do poeta – o que decorre do fato de o jovem ter trabalhado anteriormente nesses veículos de imprensa. Pouco se noticiou, entretanto, no *Correio de Aracajú*, n’*A Cruzada*, no *Jornal do Povo* e n’*O Imparcial*. O *Estado de Sergipe*, vinculado ao Governo do Estado, referiu-se ao caso do poeta em apenas dois números: em 16 de outubro, comunicando o seu falecimento, e no dia 20, noticiando a celebração de uma missa “em sufrágio da alma boa do inditoso Péricles”, e anunciando a realização de uma romaria ao Cemitério Santa Isabel, “[...] partindo o cortejo da Praça Fausto Cardoso”.

O DESFECHO DA TRAMA: DO MONUMENTO AO JULGAMENTO

Na tarde de 27 de outubro, amigos e admiradores de Péricles Barreto se reuniram em sessão deliberativa realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, assembleia essa que propositava lograr consenso acerca do local onde haveria de ser erigido um busto de bronze do poeta e nomear comissões promotoras do empreendimento. Tanto no *Diário da Manhã* publicado dois dias após a sessão, quanto no *Século XX* de 3 de novembro, registrava-se a apuração do escrutínio concernente à instalação do monumento: “[...] no cemitério, 4 votos; Praça Fausto Cardoso, 10 votos; Praça Olímpio Campos, 7 votos; Praça 24 de Outubro, 14 votos; votos dispersos a diversos outros locais, 9”.

Ainda antes do início do sufrágio, o professor Manuel Cândido, escolhido para presidir a deliberação, posicionara-se acerca do intento de instalação do busto, manifestando a sua predileção pela necrópole onde o corpo do jovem havia sido sepultado, o Cemitério Santa Isabel; findado o pleito, ele mesmo confirmaria, entretanto, a vitória dos que haviam optado pela Praça 24 de Outubro – hoje Praça General Valadão –, logradouro que obtivera maior soma de votos na sessão.

Definido o espaço, restava a nomeação das equipes responsáveis pela execução do projeto. Naquela mesma sessão, articulou-se, portanto, a ideia de dividir em grupos os indivíduos nomeados, os quais, por seu turno, comporiam uma “comissão central”, outra comissão específica para “angariar donativos”, além da “comissão propulsora da ideia” e, ainda, uma “comissão para angariar donativos em Laranjeiras”, município este que, como dissemos, era a terra natal do jovem assassinado. Já em 1º de novembro, os representantes dos grupos acima aludidos, aglutinados sob a denominação de “Comissão Pró-Péricles”, tornariam a se reunir na sede do IHGS, dessa vez com a finalidade de traçar um plano para a arrecadação dos recursos financeiros necessários para a edificação do busto.

Enquanto admoestava a população a se precaver contra a influenza espanhola, que “[...] gosta dos lugares onde maior é a aglomeração de gente”, o *Diário da Manhã* de 5 de novembro comunicava aos seus leitores as medidas delineadas na segunda reunião das comissões do monumento, a fim de que pudesse ser angariada a quantia a ser investida na consumação da proposta. Realizar-se-ia, a princípio, um evento em que seriam proferidas homenagens diversas. Em segundo lugar, previa-se a promoção de um festival cinematográfico no Cinema Éden. Ocorreria, também, um encontro literário, além de um torneio de futebol e uma quermesse – tudo isso em tempos de crise sanitária. Ressaltemos, contudo, que a captação de recursos se daria, principalmente, por meio da distribuição de listas de subscrição, as quais circulariam ao longo de vários meses na capital.

No dia 22 de dezembro, o *Correio de Aracajú* anunciava a quermesse a ser levada a cabo na véspera do Natal de 1918. Informava-se que o evento teria lugar nas adjacências da Praça da Matriz, e que a sua arrecadação se destinaria à instalação do monumento ao “malogrado jovem”. Nas páginas do *Diário da Manhã* de 24 de dezembro, os redatores se referiam a Péricles Barreto como “mártir da

trágica noite de 14 de outubro”, incentivando a população a contribuir com a causa da Comissão Pró-Péricles: “que a mocidade forte e admiradora do saudoso companheiro acorra espontânea ao local da quermesse a positivar a sua solidariedade, o seu apoio à ideia nobilíssima de glorificação do moço poeta tão cedo roubado ao convívio da família e dos amigos”. Uma outra quermesse ocorreria no ano seguinte, porém em Laranjeiras, segundo comunicado do *Século XX* de 28 de setembro de 1919: “a sua sagrada memória é merecedora dessa homenagem dos seus prezados patrícios. Parece-nos que a realização da projetada quermesse deva ser a 5 de outubro, dia consagrado à Virgem Dolorosa”.

A tesouraria da Comissão Pró-Péricles apresentaria periodicamente, através da imprensa, os balanços parciais da arrecadação. Para termos uma noção quantitativa, até o princípio de agosto de 1919, um total de 1:743\$400 (um conto, setecentos e quarenta e três mil e quatrocentos réis) seriam incorporados ao cômputo da comissão. Contudo, a soma coletada pouco se elevaria daí em diante, e os próprios balanços se escasseariam gradativamente nas páginas dos jornais. De acordo com o último dos registros encontrados na imprensa, divulgado a 5 de outubro, a quantia embolsada pela comissão alcançara a cifra de 1:924\$400 (um conto, novecentos e vinte e quatro mil e quatrocentos réis).

Por razões não muito claras o busto de Péricles Barreto jamais seria instalado, a despeito da soma obtida. Conjeturamos que o valor monetário não fora suficiente para cobrir as despesas. Mas há uma outra hipótese, que, de certo modo, justifica a primeira. Expliquemos. Nos idos de 1919, uma campanha para a edificação da estátua do intelectual sergipano Tobias Barreto de Menezes transcorreria em concomitância à da implantação do monumento ao poeta laranjeirense. Tornando-se notavelmente mais exitoso, o projeto da estátua de Tobias Barreto arrecadaria com relativa brevidade 3:400\$000 (três contos e quatrocentos mil réis), isto é, mais que a quantia amealhada pela Comissão Pró-Péricles. Resultado: o monumento ao intelectual seria prontamente inaugurado a 24 de outubro de 1920 nas comemorações alusivas ao centenário da Emancipação Política de Sergipe.

Do busto de Péricles Barreto, em contrapartida, nem sinal. A praça pública que havia sido escolhida para abrigar tal monumento cederia lugar, quatro anos mais tarde, a outro busto que ainda hoje lá se encontra, o do ex-presidente do estado de Sergipe Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Se por um lado, a prometida escultura brônzea do poeta nunca existiu, por outro, o nome do jovem apunhalado foi atribuído a uma rua situada no bairro Salgado Filho, em Aracaju. A rua dista cerca de dois quilômetros do local onde o crime foi perpetrado. Mas é adjacente à Praça da Imprensa.

Considerando-se o plano malogrado da Comissão Pró-Péricles de erigir um busto em memória do poeta, deparamo-nos com uma indagação que se faz pertinente: qual era o intuito daquele grupo ao propor a perpetuação da figura do jovem laranjeirense por meio de um monumento edificado em praça pública? Para elucidar o questionamento, devemos recorrer, primordialmente, ao conceito de lugares de memória – *Les lieux de mémoire* – concebido pelo historiador francês Pierre Nora.

Discorrendo acerca dos processos de aceleração e dessacralização da memória, Nora (1993) constata um progressivo distanciamento entre a memória transmitida espontaneamente pelas sociedades ditas primitivas, e a história como operação intelectual que, uma vez respaldada por suportes e referenciais exteriores – museus, cemitérios, monumentos, santuários –, tende a se orientar pela consagração de lugares. O autor assinala que tais suportes se caracterizam pela coexistência de três atributos elementares – material, simbólico e funcional –, os quais se manifestam em graus diversos.

De acordo com essa lógica, o busto em pauta se tornaria material por ser tangível, simbólico por reconstituir uma experiência vivenciada por um número limitado de indivíduos, e funcional por garantir a transmissão de uma lembrança. No que compete ao ideário inerente ao grupo de Péricles Muniz Barreto, inferimos, portanto, que o projeto de instalação do busto teria culminado na formação de um lugar de memória se tivesse logrado o sucesso pretendido pelos seus idealizadores.

É indispensável destacar que o cemitério no qual Péricles Barreto foi sepultado se trata de um elemento basilar no tocante à constituição do seu culto, já que as necrópoles, em sentido lato, não apenas servem para abrigar os reminiscentes humanos, como também estimulam a rememoração e a evocação de aspectos identitários. Argumenta Juliana Maria Martins (2019, p. 63) que “ao mesmo tempo em que os cemitérios falam sobre as sociedades que os utilizam, por meio de uma metáfora incorporada, eles também guardam *in situ* a sua própria história”. Em outras palavras, sugere-se que o cemitério se reveste de uma multifuncionalidade, considerando-se que “dentre muitas sociedades, o cemitério simboliza o espaço sagrado cujos entes queridos são sepultados; um lugar de proteção para os restos mortais e, ao mesmo tempo, ‘evocador’ da memória e identidade”. (Martins, 2019, p. 64).

Posto isso, cumpre estabelecermos uma distinção entre o cemitério e o monumento, haja vista que, embora a necrópole também consista em um lugar de memória em consonância com as atribuições aqui mencionadas, trata-se, no entanto, de um espaço onde são cultuadas múltiplas memórias, as quais se sobrepõem umas às outras, enquanto o busto, por seu turno, proporciona uma memória exclusiva em torno do personagem forjado no bronze. Mas frisamos que a efetividade dos lugares de memória depende da continuidade das operações não naturais que orientam a sua concepção, já que “sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. [...] se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis”. (Nora, 1993, p. 13).

No texto intitulado “O busto de Péricles Barreto”, redigido por João Cabral para o *Século XX* de 10 de novembro de 1918, o autor atesta que “um monumento guarda, sem obliterações, toda a história tradicional de uma época, ou de um povo”. Tal argumento serve como fundamento para a ideia, por ele sustentada, de que “mantidas as proporções, Péricles Barreto, pelo muito que elevou a sua terra, iluminando-a, fez-se merecedor, entre os que mais o mereceram, de uma consagração

perpétua, vazada num memoráculu (sic) de bronze, por modesto que seja”. Ciente da importância do monumento que teria sido erigido para a rememoração do poeta, o redator João Cabral assevera que “Péricles não morrerá, como os outros [...] o seu busto será uma realização; *toda a gente o quer e a vontade coletiva* não se dissolve ante o murmúrio de um ou outro descontente”. (Grifos meus).

Interessante se faz notar que, na mesma página do jornal em que encontramos o texto aqui aludido, o espectro da gripe espanhola marcava presença uma vez mais; e enquanto repercutia o caso de Péricles Muniz Barreto, o periódico tecia críticas mordazes no que tange à alegada inércia do poder público ante a propagação da influenza pela capital: “nada de cruzar os braços, à espera de que chegue o mal [...] aglomerações mais perigosas ainda se encontram nas feiras, nas casas de diversões e nas igrejas. Infelizmente, sobre estas até agora nenhuma providência foi tomada pelas autoridades”. E diante do cenário epidêmico, suscitava-se prognósticos desanimadores: “a perspectiva é sombria”.

Concomitantemente ao vai não vai da instalação do busto, o assassino José Vicente de Souza andava frequentando o banco dos réus. Ao que indicam as fontes, o seu julgamento sofreu reveses e reviravoltas, resultando em um desfecho que podemos adjetivar de inesperado, se considerarmos o volume de testemunhas e o fato de o homicida ter sido capturado pela polícia em flagrante delito. Eis o desenrolar da trama. Rotulado pelo *Diário da Manhã* de 18 de janeiro de 1919 como “criminoso consciente”, José Vicente aguardava o seu destino, que seria decidido nas sessões de um julgamento cujo início fora marcado para aquele dia. Dizia-se que “ele não é um maníaco nem um irresponsável: tem a noção perfeita do seu negregado ato; conhece-se culpado e o confessa”.

Declarava-se, a seguir, com igual veemência, que “não pode ficar sem punição a clamorosa malvadez deste perverso matador”. No dia 21, o mesmo *Diário da Manhã* conferia ao presidente do tribunal, o dr. Manuel dos Passos, os atributos pouco elogiosos de “malfadado” e “protetor de tudo o que não presta”. Motivo: José Vicente fora solto pelo júri e mandado para casa. E foi por intervenção do advogado Clodomir Silva que o juiz foi convencido a reconduzir o réu para detrás das grades.

Analisando-se a edição do *Século XX* de 26 de janeiro, tomamos nota de que o defensor de José Vicente, o dr. Carlos Rola, teria articulado uma defesa “assente em pontos falsos”, acusando o poeta morto de haver provocado o seu cliente anteriormente ao crime: “[...] na sua oração de defesa buscou estribar o ato desumano de José Vicente no fato de haver Péricles Barreto, pela imprensa, ultrajado a dignidade de seu constituinte”. Como, precisamente? Foi o que o bacharel não soube responder, por isso “se viu em palpos de aranha” perante o júri. Mesmo assim, o réu foi liberado.

Uma nova sessão do julgamento de José Vicente foi marcada para o dia 29 de abril. O *Século XX* da antevéspera comunicava: “na próxima terça-feira, receberá o *verdictum* (sic) do Superior Tribunal do Estado o autor do assassinio bárbaro do nosso saudoso companheiro Péricles Muniz Barreto”. Apelativo, o periódico afirmava: “pede a condenação do criminoso a consciência livre do

povo”. O *Diario da Manhã* publicado na data da reunião do júri gerava expectativa: “estamos certos de que a inteireza profissional dos que têm a honesta missão de levantar a Justiça à altura de suas nobres intenções jamais vacilará sobre a dura sorte que cabe a um criminoso vil”.

Alongando-se em detalhamentos técnicos, o *Jornal do Povo* do dia subsequente à segunda reunião do júri esclarece que se decidiu por marcar uma terceira sessão; o réu seria submetido a um novo julgamento, a ser realizado no dia 22 de maio. “Absolvam-no, e verão muito brevemente varada pelo punhal, que é o seu companheiro fiel, mais uma outra vítima dos seus maus instintos”, agourava premonitoriamente o *Diario da Manhã* daquela data; “condenai!”, clamava o jornal.

Em 24 de maio, o periódico tornava público o “vergonhoso epílogo” do caso Péricles Barreto, não sem uma dose de sensacionalismo e duas exclamações, como se apenas uma não fosse o bastante: “consumou-se o escândalo!!”. José Vicente fora definitivamente absolvido pela Justiça. “Que vergonha!”, lastimava o *Diario*. Sobre a decisão do júri, *A Cruzada* assumia um tom moderado e objetivo no número do dia 25 de maio, comunicando que “em sessão de 22 do [mês] corrente foi absolvido, por unanimidade de votos, o réu José Vicente de Souza, que assassinou o jornalista e poeta Péricles Muniz Barreto”. Deu-se por encerrada a saga do homicida.

Algumas semanas antes, a 7 de maio, o *Século XX* publicava uma edição comemorativa de nove páginas em alusão ao terceiro aniversário do jornal. Lá constava o que se dizia serem os “últimos versos de Péricles Barreto”, os quais, segundo os redatores, haviam sido “escritos no próprio dia de sua morte”, encontrando-se incompletos e desordenados: “publicamo-los, assim, da melhor maneira que nos pareceu”. Eis aqui um trecho sugestivo do derradeiro poema: “Um sonho cheio de meiguice e arte/ Esta vela esquecida sobre as águas/ Relembrando as tristezas de quem parte/ Ou de quem fica padecendo mágoas”. Arrematava-se aquela matéria com o seguinte comentário: “E como é triste pensar-se que a mão nervosa que traçou esses versos admiráveis está hoje convertida em pó, o pó das sepulturas, onde se confundem os justos e os culpados, na mesma igualdade niveladora!”.

No aniversário da morte de Péricles Muniz Barreto a voz do poeta foi uma vez mais evocada em outra edição especial do periódico *Século XX*, dessa vez por meio de palavras de seu próprio punho, as quais pareciam algo pressagiadoras, ou ao menos reflexivas: “[...] uns riem e outros choram; um crucifica e outro é crucificado; morrem uns, outros nascem... e sempre assim”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou investigar as nuances da formação de uma memória coletiva que embasou o culto ao poeta e jornalista sergipano Péricles Muniz Barreto a partir da ocasião do seu assassinato em 1918. Para lograr tal propósito, recorreu-se ao uso de um aparato de fontes constituído por periódicos veiculados na cidade de Aracaju no intervalo de um ano que correspondeu ao recorte

temporal proposto para a análise empreendida. Examinando-se aproximadamente mil edições dos sete jornais já elencados, foram localizadas menções diretas ou indiretas ao caso Péricles Barreto em pouco mais de cem delas. Considerando o denso volume de jornais consultados, preconizou-se a focalização dos aspectos mais relevantes, dos quais podemos levantar algumas conclusões.

Constatou-se que os jornais para os quais Péricles Barreto trabalhava investiram com maior afinco na repercussão dos desdobramentos do seu homicídio, enquanto os demais periódicos pouco informaram a respeito da morte do poeta, limitando-se a alusões mais objetivas sobre o caso. Nessa perspectiva, notamos a existência de uma dualidade entre lembranças e esquecimentos intencionais, a julgar pela postura adotada por parte do veículo de imprensa oficial do Governo do Estado, que praticamente silenciou acerca do fato ocorrido na capital. Podemos inferir do silêncio eloquente que, para o governo local, tratava-se de apenas mais um crime perpetrado nas ruas aracajuanas.

No que concerne àqueles jornais que repercutiram o caso e noticiaram a realização dos ritos fúnebres promovidos por familiares e pela própria imprensa, evidencia-se que tais periódicos estavam desempenhando uma função social no sentido de mobilização dos seus leitores. Gerava-se um certo sentimento de comoção generalizada na sociedade em torno da perda de um indivíduo, culminando na atribuição do caráter de acontecimento social às missas e às romarias em memória dele.

Conjeturamos que o projeto de implantação do monumento ao poeta teria contribuído para a continuidade da sua rememoração se acaso houvesse obtido êxito, já que o seu busto seria instalado em uma praça pública de considerável circulação de transeuntes. Tal monumento constituiria, pois, um lugar de memória. Demonstra-se, ainda, que existia uma expectativa em torno do julgamento do homem que apunhalara Péricles Barreto e que, embora tenha sido detido pela polícia em flagrante delito, foi absolvido pela Justiça após três reuniões do júri, em janeiro, abril e maio de 1919.

Ademais, depreendemos que a composição da memória coletiva em pauta estava associada aos caracteres da sociedade disciplinar foucaultiana, na qual se observa uma propensão dos sujeitos a conferir ao “outro”, e não a si mesmos, atributos como os de “herói” e “mártir”. Compreendemos, desse modo, como a imprensa heroicizou Péricles Barreto por intermédio de textos notavelmente marcados pela subjetividade, transfigurando as circunstâncias do seu assassinato em martírio.

Convém, por fim, reconhecer a incompletude deste trabalho de pesquisa, que representa uma modesta contribuição para a historiografia sergipana, tendo em vista que há muito por dizer no que se refere ao personagem central do enredo que nestas linhas foi delineado, ainda que em largos traços. Posteriores análises serão decerto capazes de preencher as lacunas que porventura persistam.

FONTES

Jornais:

A Cruzada; Correio de Aracajú; Diário da Manhã; Estado de Sergipe; Jornal do Povo; O Imparcial; Século XX

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Suelayne Oliveira. “**Capitolino, um artista typographo e seu morrer**”: o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895). Curitiba: CRV, 2019.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2.^a ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

HALBWALCHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 7.^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, Juliana Maria. **Memória e cultura material: cemitério Campo da Saudade, município de Couto Magalhães (TO)**. Jundiaí/SP: Paço Editorial, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História (PUC-SP) – História e Cultura**, São Paulo, vol. 10, jul./dez. 1993, pp. 7-28.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2.^a ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: O Autor, 2001.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). **Boletim Historiar**, v. 10, n. 3, jul./set. 2023, pp. 54-72. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/20145/14956>. Acesso em: 15 de fev. 2024.